

## PARA ENTENDER OS LIMITES DO CAPITAL

### TO UNDERSTAND THE CAPITAL LIMITS

José Arnaldo dos Santos RIBEIRO JUNIOR<sup>1</sup>

David Harvey é professor de Antropologia e Geografia no Centro de Graduação da City University of New York (CUNY-EUA) e tem se destacado como um dos maiores intelectuais do nosso tempo cujas contribuições tem se expandido para além das fronteiras científicas da Geografia, tais como a Economia e Sociologia.

*Os limites do capital* é o livro de maior fôlego de Harvey. A partir de um amplo estudo do pensamento econômico de Karl Marx, mas também muito influenciado pelos economistas Michio Morishima (1923-2004) e Paul Sweezy (1910-2004), o geógrafo britânico trata de temas complexos e interdependentes como o papel da renda (que coloca um preço na terra e faz parecer que o dinheiro saiu do solo), o capital financeiro e as crises do capitalismo. O livro conta com duas introduções, treze capítulos e um epílogo.

Na *Introdução à edição inglesa de 2006*, David Harvey constata que construiu uma base teórica não apenas para se entender as questões urbanas ou o papel do capital financeiro, mas também o papel do capital fixo e os desenvolvimentos geográficos desiguais oriundos do processo de globalização liderado pelas finanças.

Na *Introdução*, publicada originalmente em 1982, ano de lançamento do livro, Harvey sintetiza o plano do livro. O processo urbano no capitalismo e sua relação com a teoria da renda e o sistema de crédito levaram o autor a imergir nos três livros d'*O capital*, nas três partes das *Teorias do mais-valor* e nos *Grundrisse*. Os sete primeiros capítulos da obra resumem e interpretam Marx a partir da teoria do valor até a explicação da crise como queda tendencial da taxa de lucro, que David Harvey chama de “primeiro recorte” na teoria da crise. Os capítulos subsequentes estendem a lógica d'*O capital*, das *Teorias do mais-valor* e dos *Grundrisse* para a análise do capital fixo, o sistema de crédito, o capital financeiro e a renda da terra.

No primeiro capítulo, *mercadorias, valores e relações de classe*, Harvey reconstrói a argumentação marxiana sobre as relações entre valores de uso, valores de troca e valores em condição de produção e troca de mercadoria. O autor aponta que a relação social que está na raiz da teoria do valor marxiana é a relação de classe entre o capital e o trabalho. David Harvey argumenta que a invocação da necessidade social proporciona a Marx a alavanca para moldar uma crítica da economia política e um relato das leis contraditórias do movimento do capitalismo.

As relações de classe, as relações de produção que erigem o modo capitalista, estão intimamente ligadas à *produção e distribuição*, segundo capítulo da obra. Neste capítulo, Harvey escreve, tal como a letra de Marx, que produção, distribuição e consumo não são idênticos, mas sim são membros de uma totalidade dentro de uma unidade. Diferentemente da

---

<sup>1</sup> Possui Graduação (2011) em Geografia Bacharelado e Licenciatura Plena pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Mestrado (2014) em Geografia Humana pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP). Especialização (2014) em Filosofia Ética e Política pelo Instituto de Estudos Superiores do Maranhão (IESMA). Membro do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA-registrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq) e do Núcleo de Estudos do Pensamento Socialista (NEPS-registrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq). Tem habilidade na área de Geografia Humana, com ênfase em Geografia Agrária; Atua principalmente nos seguintes temas: Desenvolvimento, Projetos de Desenvolvimento, Conflitos ambientais, Teoria e Método da Geografia, Geografia Renovada, Modernidade e Meio Ambiente. E-mail: [aj\\_ramone@hotmail.com](mailto:aj_ramone@hotmail.com).

produção (relação social entre o capitalista e o trabalhador), a distribuição é um momento do movimento maior do capitalismo; é a fração da riqueza produzida expressa no salário, lucro e renda da terra.

*Produção e consumo, demanda e oferta e realização do mais-valor* é o título do terceiro capítulo. O alvo central da crítica marxiana, retomada pelo autor, é a Lei de Say. O que a Lei de Say apontava era o fato de ser impossível uma superprodução geral. Além de mostrar como Marx rejeita a Lei de Say, posto que a oferta não cria necessariamente sua própria demanda, David Harvey anota que em condições de equilíbrio, oferta e demanda deixam de explicar qualquer coisa. Ademais, a realização do mais-valor, deve ser situada de acordo com movimento tempo-espacial do capital correspondente: o capital monetário por meio da produção, o capital produtivo na forma mercadoria e as mercadorias na forma dinheiro. Harvey mostra como e por que Marx considerava a desvalorização (do capital e do trabalhador) como um momento necessário na circulação do valor.

No quarto capítulo, *mudança tecnológica, processo de trabalho e composição de valor do capital*, o autor relembra que quando Marx fala de tecnologia, refere-se à forma concreta assumida por um processo de trabalho real em dado momento, à maneira observável em que são produzidos os valores de uso específicos. David Harvey retoma ainda a diferenciação marxiana entre composição técnica, orgânica e de valor do capital: a composição técnica está atrelada a um momento tecnológico particular associado a certa produtividade física da força de trabalho; a composição de valor diz respeito à redução a uma base de valores comuns expressas em termos de capital constante e capital variável; a composição orgânica do capital reflete as modificações da composição técnica na medida em que determina a composição de valor; em poucas palavras, a composição orgânica do capital expressa a relação entre as composições de valor e técnica do capital.

No quinto capítulo, *A organização mutante da produção capitalista*, Harvey aponta que Marx propõe que existe alguma organização de “equilíbrio” da produção – expressa em termos do tamanho da empresa, grau de integração vertical, nível de centralização financeira – que é consistente com a acumulação capitalista e a operação da lei do valor. Mas o autor clarifica que esse equilíbrio é inerentemente instável. O conceito de equilíbrio ilumina as condições de desequilíbrios as quais a sociedade capitalista está propensa.

No capítulo sexto, *a dinâmica da acumulação*, David Harvey resume as características dos modelos de acumulação produzidos por Marx nos três livros d’*O capital*, qual sejam, (1) a origem do lucro em um processo de produção, (2) a circulação do capital e da troca e (3) a produção capitalista como um todo, que o autor considera uma síntese dos livros I e II d’*O capital*. Harvey examina ainda as três escolas de pensamento sobre a teoria da crise de Marx: (1) esmagamento do lucro, (2) subconsumo e (3) queda tendencial da taxa de lucro. O autor observa que a fonte das crises repousa na contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção. David Harvey observa ainda que a dinâmica da acumulação capitalista acarreta a multiplicação do proletariado, ou seja, a expansão geográfica das forças produtivas significa a expansão do proletariado em uma base global. Deve-se considerar também que a dinâmica da acumulação do capital está estruturalmente ligada à produção do desemprego.

É por isso que no sétimo capítulo, *superacumulação, desvalorização e o “primeiro recorte” na teoria da crise*, Harvey aponta que as crises surgem quando as quantidades sempre crescentes de mais-valor que os capitalistas produzem não podem ser lucrativamente absorvidas. A superacumulação é decorrente do desenvolvimento descontrolado e desequilibrado das forças produtivas no contexto das relações de classe (capital *versus* trabalho) do capitalismo. Assim, a desvalorização é sempre específica de um lugar.

No oitavo capítulo, o autor começa a estender a lógica d’*O capital*, das *Teorias do mais-valor* e dos *Grundrisse* para a análise do *capital fixo*. O capital fixo é aquela parte da riqueza social total usada pra produzir mais-valor. David Harvey mostra que os excedentes de capital e trabalho produzidos sob as condições descritas na queda tendencial da taxa de lucro podem ser absorvidos pela criação de novas formas de circulação voltadas para usos futuros (sistemas de transporte e comunicações). Mas, o capital fixo não escapa da contradição: ele mesmo se transforma numa barreira para a acumulação futura, algo que só vai ser resolvido por meio do sistema de crédito. A extensão da lógica do capital fixo permite que Harvey introduza o conceito de *ambiente construído*, um sistema de recurso vasto, humanamente criado, compreendendo valores de uso incorporados na paisagem física, que pode ser utilizado para a produção, a troca e o consumo.

Os capítulos nono, *dinheiro, crédito e finanças*, e décimo, *o capital financeiro e suas contradições*, formam uma unidade na qual o autor aponta que o sistema de crédito surge para resgatar a circulação continuada do capital. O sistema de crédito é um produto dos próprios esforços do capital para lidar com as contradições internas do próprio capitalismo.

Assim, no capítulo nono, David Harvey objetiva integrar a análise do dinheiro e do crédito à teoria geral da acumulação. O autor esclarece que o capital fictício (o dinheiro creditício emprestado como capital), na busca de uma base material, pode ser trocado pelo mais-valor incorporado nas mercadorias. O problema da realização do mais valor, como existe na esfera da troca, está assim resolvido. Harvey encerra este capítulo com uma breve descrição das principais instrumentalidades e instituições que facilitam de maneiras concretas a circulação do capital produtor de juros (a origem de todos os tipos de formas insanas). O capitalista não poderia sobreviver muito tempo sem um sistema de crédito sofisticado.

Prosseguindo, no décimo capítulo, o autor esclarece que o sistema de crédito, como uma espécie de “sistema nervoso central” para a regulação do fluxo de capital, tem o potencial de resolver todos os desequilíbrios aos quais está propenso o capitalismo; mas para resolver as contradições (capital e trabalho, mudanças tecnológicas, etc.) o sistema de crédito deve internalizar as contradições. O “segundo recorte” na teoria da crise é constituído a partir do exame dos aspectos financeiros e monetários da formação da crise, pânico financeiro e inflação. David Harvey contrasta a visão do processo do capital financeiro com a visão do bloco de poder, mostrando como uma exploração do primeiro, com particular ênfase nas suas contradições internas, ajuda a identificar as forças contrárias que simultaneamente criam e corroem a formação de blocos de poder coerentes no interior da classe burguesa. Por isso tudo, Harvey, acompanhando Marx, aponta que a contradição fundamental repousa entre o sistema financeiro (crédito) e sua base monetária.

A *teoria da renda*, objeto do décimo-primeiro capítulo, permite considerar as dinâmicas espacial e temporal de um ponto de vista teórico. Essa dimensão teórica que Harvey fala se expressa no conceito de *ajuste espacial*. O *ajuste espacial* é um mecanismo econômico-político do capitalismo caracterizado pela exportação de excedentes de capital e de força de trabalho de um determinado espaço para outro que irá absorvê-los lucrativamente por meio do capital fixo incorporado a terra ou pela expansão geográfica. Isso leva, na visão do autor, ao “terceiro recorte” na teoria da crise: a formação da crise em seus aspectos espaciais. Em síntese, a teoria da renda da terra resolve o problema de como a terra, que não é um produto do trabalho humano, pode ter um preço e ser trocada como uma mercadoria. A renda da terra, capitalizada como o juro sobre algum capital imaginário, constitui o valor da terra. O que é comprado e vendido não é a terra, mas o título da renda da terra gerado por ele. O dinheiro disposto é equivalente a um investimento que produza juros. O comprador adquire um direito sobre receitas futuras antecipadas, um direito sobre os frutos futuros do trabalho. O

direito à terra se torna, em suma, uma forma de capital fictício. De fato, os capítulos oitavo, nono, décimo e décimo-primeiro, tornam *os limites do capital uma obra incomum*.

No capítulo décimo-segundo, *a produção das configurações espaciais: as mobilidades do capital e do trabalho*, David Harvey retoma a distinção produzida por Marx entre subordinação formal e real do trabalho ao capital. Em seguida, enfatiza o caráter geograficamente desigual do capitalismo e considera a integração espacial como produto dos processos de circulação do capital. Essa integração espacial e a eliminação das barreiras espaciais são obtidas pelo valor imobilizado na terra. As configurações espaciais são produto da mobilidade do capital produtivo, do dinheiro, das mercadorias e da força de trabalho. Mas essa mobilidade só é possível a partir da criação de infraestruturas físicas e sociais. Harvey chama ainda atenção para o papel do Estado em gerenciar o processo de acumulação: esse poderoso agente econômico, comitê político da burguesia, assume o papel de gerente geral da produção, das condições gerais da produção, assim como da reprodução das infraestruturas sociais.

No último capítulo, *crise na economia espacial do capitalismo: a dialética do imperialismo*, o autor retorna à noção de ajuste espacial para explicar como a dialética interna da sociedade burguesa (expansão interna da população, acumulação da miséria e de capital, etc.) impõe uma dialética externa. Fazendo uma leitura de Hegel (*Princípios da filosofia do direito*) e, obviamente de Marx, David Harvey mostra como o imperialismo surge enquanto resposta às contradições internas da sociedade do capital. Nesse capítulo, Harvey aponta que as diferenciações geográficas são produtos históricos da atividade humana e que, no capitalismo, as produções das diferenças geográficas são reconstituídas sob a égide do capital. As diferenciações geográficas, as barreiras espaciais e as distinções regionais são determinações do inevitável desenvolvimento desigual do capitalismo, posto que são internalizadas dentro da forma valor. O desenvolvimento desigual do capitalismo origina os antagonismos entre a cidade (oficinas coletivas da produção capitalista) e o campo, bem como o centro e a periferia. Assim, ao retomar os três recortes da teoria das crises, o autor atesta que as crises são produzidas pelo desenvolvimento geográfico desigual.

Finalmente, no *epílogo*, David Harvey argumenta que não objetivou fechar seu argumento, sobre *os limites do capital*, na forma de uma conclusão. O método dialético por ele interpretado concebe que cada fim é um novo começo. O *epílogo* tem como função levantar questões acerca da relação entre capital e trabalho, a reprodução do capital e da vida do trabalhador, o papel do Estado moderno. Assim, a unidade entre a teoria e a história torna-se o melhor caminho para transcender os *limites do próprio capital*.

## Referência

HARVEY, David. **Os limites do capital**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013.

Resenha recebida em 04-06-2015  
Resenha aceita para publicação em 16-03-2016